

OS IMPASSES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

THE DILEMMAS OF DEMOCRACY IN BRAZIL

AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, 154 pp.

Lilian C. B. Gomes*

RESUMO

A presente resenha crítica do livro “Impasses da democracia no Brasil” pretende apresentar as contribuições do autor, Leonardo Avritzer, para a avaliação da qualidade da democracia brasileira. Elencam-se os argumentos analisados pelo autor na identificação de que há um incômodo com a democracia no Brasil que está relacionado a um conjunto de desafios institucionais. A resenha aponta para a importância da obra no contexto não apenas dos impasses, mas de uma efetiva crise instaurada no Brasil. A resenha sugere, ainda, caminhos para que o autor continue essa importante empreitada analítica recomendando que um próximo volume dê maior centralidade ao papel da sociedade civil na manutenção dos impasses ou na construção de soluções para o aprofundamento democrático no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: crise. Democracia. Impasses. Institucionalidade. Sociedade civil.

ABSTRACT

The current critical review about “Impasses da Democracia no Brasil” book, aims to present the contributions of Leonardo Avritzer, the author, for evaluation of Brazilian democracy’s quality. At first, the arguments analyzed by the author are selected and related to the conjecture of institutional challenges. Indeed, the review points the importance of this book not just for the context of democracy trouble, but also regarding an effective crisis, which has been installed in Brazil. Thus, some possible ways are suggested so that the author can keep on this important analytical work, recommending about a possible volume to give bigger centrality for civic society actions, regarding the maintenance of the troubles or on the construction of solutions for democratic deepening in Brazil.

KEY-WORDS: Crisis. Democracy. Troubles. Institutionalality. Civic society.

* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em história. Email: lcbgomes@yahoo.com.br

O livro do professor Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo título é “Impasses da Democracia no Brasil”¹ teve sua primeira edição esgotada cerca de três meses após o lançamento. Isto demonstra o quanto o tema da democracia no Brasil é hoje um dos mais incandescentes da vida nacional. Se há bem pouco tempo atrás era comum dizer que brasileiro não gostava de política, essa máxima já não corresponde à realidade atual, pois desde as manifestações de junho de 2013 têm ocorrido acalorados debates em torno dessa questão em diferentes espaços públicos e privados no Brasil e, excetuando-se as manifestações de ódio e intolerância, podemos dizer que esse debruçar-se sobre a vida nacional é uma postura muito bem vinda pois, provavelmente, apenas assim a sociedade brasileira conseguirá compreender o significado da constatação de Tom Jobim - a de que o país “não é para principiantes”.

O livro *Impasses da Democracia no Brasil* desenvolve-se a partir de uma perspectiva que aponta indicadores positivos acerca da qualidade da democracia brasileira – tanto na sua dimensão procedimental como na sua dimensão material, mas também anuncia o incômodo que há em relação à fragilidade da mesma. O autor sugere que esse incômodo está relacionado com um conjunto de desafios institucionais, a saber: aos limites do presidencialismo de coalizão (1) – ou a uma crise de legitimidade do modo como se realizam as alianças políticas que dão sustentação aos governos, pelo menos, desde 1994; ao modelo de participação (2); das estratégias de combate à corrupção (3); às políticas distributivas (4), que provocam uma crise relacionada ao reordenamento social, impactando a tradicional classe média do Brasil entendida como um determinado grupo que historicamente usufruiu de suas posições de poder, de relações sociais subalternizantes e que se apropriou de formas ilegais e ilegítimas para a institucionalização dos seus privilégios (HOLSTON, 2013).

Esse conjunto de desafios institucionais são analisados de modo a auxiliar o leitor na compreensão dos elementos fundamentais que se interconectam, sobretudo, para que se leve à frente o rompimento de um projeto de país por “forças conservadoras ou de direita ligadas aos setores atrasados da economia do país”. O autor indica que a “nova direita” no Brasil, que surge “nesta última década, tem um outro perfil que mistura elementos clássicos com elementos contemporâneos”. “Ela se pauta por uma forte defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada e por um foco na questão da corrupção, elemento que esteve na

¹O autor compreende que estes impasses estão associados a uma “crise de crescimento e de evolução da cultura democrática no país” (AVRITZER, 2016, p. 3).

agenda dos setores conservadores brasileiros antes de 1964 e desapareceu depois disto.” (AVRITZER, 2016, p. 85).

Dessa forma, em última instância, cada um dos desafios institucionais que se ligam aos impasses da democracia no Brasil esbarra nessas forças conservadoras que, mesmo que tenham mudado seu perfil, estão desde os períodos colonial, imperial e republicano renovando suas formas de vinculação ao exercício do poder, seja nos âmbitos municipal, estadual e/ou federal.

Assim, anuncia-se a seguir alguns aspectos de cada um dos desafios institucionais, apontados pelo autor, que ajudam a compreender por que essas forças conservadoras apresentam dificuldades para a construção de uma agenda de esquerda e do aprofundamento democrático no País.

No que se refere ao presidencialismo de coalizão (1), este é um conceito criado por Sérgio Abranges e refere-se a uma configuração institucional em que o presidente necessita criar alianças com o parlamento para garantir a governabilidade. Este arranjo tem se configurado como uma das principais características do sistema político brasileiro desde 1994. O presidente deve ser capaz de mobiliar maioria no Congresso para garantir o sucesso na implementação da sua agenda de governo. O presidencialismo de coalizão visa, portanto, equacionar a tensão existente entre a presidência e outras instituições políticas imprescindíveis para o sucesso da governabilidade (AVRITZER, 2015; BORGES, 2013; POWER, 2011; SAMUEL, 2009, INÁCIO, 2006; AMORIM NETO, 2000; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1998; ABRANCHES, 1988).

Enquanto uma peça chave do sistema político brasileiro, o Presidencialismo de Coalizão foi uma estrutura institucional de sucesso nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Todavia, esta organização institucional tem dado sinais de desgaste no atual cenário político do Brasil, não demonstrando os mesmos efeitos no governo de Dilma, pois os custos políticos foram altos para a governabilidade. Avritzer, em seu livro, cita três limites colocados por este arranjo institucional:

O primeiro limite se refere aos custos crescentes da fragmentação partidária; o segundo é a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo e o terceiro a propensão à corrupção gerada pela distribuição destes cargos. (AVRITZER, 2016, p. 4).

O autor aponta para uma crise de representação e seu consequente esgotamento, que está associado a diferentes elementos ligados às dificuldades estratégicas do Executivo central

- mais especificamente do segundo Governo Dilma - de implementar seu projeto de governo. Articulados a tais fatores, tem-se ainda o distanciamento da agenda do governo em relação à do Congresso Federal, além da proliferação dos casos de corrupção e da manipulação e controle da opinião pública por parte de grupos econômicos ligados aos artefatos de comunicação midiática.

No aspecto ligado à participação (2), é inegável o papel que esta representa, bem como é fundamental para a construção de uma agenda que faça com que as políticas públicas sejam elaboradas, levando-se em conta as demandas apresentadas pela própria sociedade. É nesse sentido que o autor sinaliza que “a democracia brasileira é identificada no mundo inteiro como tendo forte participação de movimentos sociais o que gerou uma forma *sui generis* de participação institucionalizada” (p. 6). Há, desse modo, que se valorizar os avanços nas formas de participação. O autor, contudo, aponta para a necessidade de redefinição da participação social no Brasil, o que demandará uma reforma política que amplie o papel da postura participativa no sistema político como um todo e com a expansão da participação, especialmente na área de infraestrutura associada ao combate à corrupção.

No que se refere ainda à participação, Avritzer identifica um fenômeno que ganhou maior força nas manifestações de março de 2015 - que é a presença da classe média apresentando um pauta conservadora. O autor indica que a classe média estava presente desde as manifestações de junho de 2013, mas que nesta última havia também, numa articulação de vários discursos em disputa, a presença de pautas progressistas, tais como aquelas ligadas a demandas por mobilidade urbana e a melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público. Já a agenda conservadora, que ganha maior força a partir de 2015, está ligada a questões relacionadas à “infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde e educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui a corrupção ao governo do P.T.” (AVRITZER, 2016, p. 59).

O tema da corrupção (3) é complexo, e não é o caso retomar todos os argumentos do autor. Por isso, é interessante ressaltar que Avritzer indica uma mudança na opinião dos brasileiros em relação à corrupção, apontando que na década de 1960 ainda era possível ganhar eleições no Brasil com o slogan “rouba mas faz”, isto é, havia uma certa acomodação com a ideia de que a corrupção era uma consolidada instituição no Brasil, o que provocava um sentimento generalizado de impunidade. A Constituição de 1988 e alguns outros formatos

institucionais passaram a criar uma percepção de que a corrupção não é parte do sistema político e que deveria ser combatida. Dentre os diversos aspectos que se associam a essa recorrente prática no Brasil está a forma de organização e financiamento do sistema político. O financiamento de campanha no Brasil é fundamentalmente privado. Porém, pode-se indicar que houve uma avanço nessa área a partir de um aumento das operações de combate à corrupção pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Controladoria Geral da União (CGU), o que aprimorou a capacidade do Estado brasileiro para a multiplicação dos mecanismos de combate a esse fenômeno.

Há, entretanto, um paradoxo no que se refere a essa questão, pois o aumento do combate à corrupção amplia a percepção sobre a incidência da própria corrupção, deslegitimando o sistema político. E nesse cenário entram as fortes campanhas de mídia que pautam a internet, a opinião pública e a visão desta em relação ao sistema político (p. 70), de modo a associar interessada e seletivamente os escândalos de corrupção ao Partido dos Trabalhadores (P.T.). Dessa forma, essa associação ganha força, ao mesmo tempo que reforça a ideia de que a corrupção está ligada a esse partido, deixando de fazer uma análise mais complexa - que por sua vez deve estar ligada à relação entre a corrupção e a organização do sistema político no Brasil.

Finalmente, no que se refere ao aspecto das políticas distributivas (4), estas provocam uma crise relacionada ao reordenamento social que impacta a tradicional classe média brasileira. O autor, nesse sentido, perpassa todo um histórico da formação de setores desse grupo. De todos os elementos apresentados por Avritzer, a menção à atipicidade característica dessa classe média, se comparada à européia e americana, parece ser central na compreensão do comportamento da mesma quando se considera a ampliação do contingente de pessoas que ascendem a uma nova classe média. O autor então argumenta que o

(...) motivo desta atipicidade reside no fato da classe média brasileira usufruir de dois elementos de natureza contraditória: de um lado, ela usufrui menos intensamente dos bens de consumo duráveis e não duráveis, carros, eletrodomésticos e outros produtos eletrônicos que constituem parte integrante do padrão de consumo de qualquer classe média nos países desenvolvidos. De outro lado, nós temos uma classe média que, até pouco tempo atrás, ainda usufruía de uma abundância de mão de obra barata gerada pelo nosso processo de colonização e por uma urbanização atípica. (AVRITZER, 2016, p. 75).

Essa tradicional classe média sentiu os impactos da queda da pobreza, que retirou mais de 20 milhões de pessoas desta condição entre 2003-2012. A queda da pobreza é proveniente

tanto dos efeitos positivos advindos do principal programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF) que abrange quase 40 milhões de pessoas, quanto dos aumentos reais do salário mínimo, que desencadearam uma mobilidade social bastante intensa. Não há, portanto, apenas uma redução das desigualdades, mas uma alteração em um padrão secular de integração e de exclusão de grande parte da população pelo mercado. A nova classe média, articulada com a classe media tradicional, alcança aproximadamente 50% da população brasileira. Foi possível identificar, contudo, uma crescente insatisfação da classe média tradicional - fortemente acostumada a privilégios - com o delineamento de um projeto emancipatório com políticas de inclusão pela via dos direitos. Tal insatisfação tornou-se crescente no pós-manifestações de março de 2015, em que pôde-se evidenciar um endereçamento de todo esse complexo de insatisfação e revolta à figura da Presidente Dilma Rousseff - tanto na dimensão temporal presente, isto é, contra a posição de chefe de Estado brasileira, como na materialização de um ódio histórico e agora articulado ao projeto político do Partido dos Trabalhadores -. O que tais movimentos de protesto defendiam e ainda reiteram, incansavelmente? A frágil insistência no afastamento incondicional da Presidenta, entendendo tal procedimento como a melhor alternativa para a resolução da complexa malha de instabilidades enfrentadas pelo Brasil, sobretudo as econômicas.

Avritzer, nesse sentido, caminha para a finalização da obra apontando um prognóstico que perpassa, sistematicamente, pelo aprofundamento de uma política de tolerância zero à corrupção (1); por incentivos à reorganização de uma oposição democrática, comprometida com a defesa da governabilidade e da tolerância política (2); por uma reforma política, que tem no seu centro o financiamento exclusivamente público de campanha e a redução da fragmentação partidária, com vistas à formação menos custosa de coalizões majoritárias como base do governo (3); pela reorganização e aprofundamento da participação social, com sua expansão para área de infraestrutura (4).

Assim, o livro “Impasses da Democracia no Brasil” é bem vindo nesse momento. Sem dúvida esse é um dos cenários da vida nacional em que o tema da política tem tomado lugar de circulação discursiva nos mais diferentes espaços. Este estudo vem fortalecer o argumento de que vivemos hoje, de fato, em tempos complexos em termos de ética e política. E apesar da avidez e do sempre potente traçado de análises com que Leonardo Avritzer demonstra em suas obras, este estudo não trouxe, em seu bojo de temáticas, os recentes procedimentos do processo de *impeachment* e as medidas iniciais do governo interino do Vice-Presidente Michel Temer – constatação facilmente justificada pelo contingente de acontecimentos

vividos em tão pouco tempo, se tomarmos como parâmetro o histórico de fenômenos políticos no Brasil nas últimas décadas. Nesse sentido, os recentes fatos em torno do atual governo interino já disponibilizam um grande volume de material para as análises dos cientistas políticos - pois em 15 dias, dois ministros deixaram o comando das pastas: Romero Jucá, Ministro do Planejamento (23/05) e Fabiano Silveira, Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, deixou o comando da pasta (30/05). O afastamento dos cargos está associado a conversas gravadas pelo ex-presidente da Trans-Petro Sérgio Machado, nas quais os ex-ministros manifestavam preocupações com a continuidade da operação lava jato. Essa questão coloca acento em um elemento, também tratado na obra do professor Leonardo Avritzer, que é o fortalecimento do judiciário e a necessidade de retomada da confiança da sociedade no Congresso Nacional.

Os impasses nomeados pelo autor tornaram-se, nos meses posteriores à publicação do livro, uma crise com diversos desdobramentos. As crises, na concepção de Hannah Arendt (1992), podem ser momentos propícios. A autora afirma:

É a oportunidade, proporcionada pelo próprio fato da crise – que dilacera fachadas e oblitera preconceitos -, de explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu, e a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo. [...] Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. (ARENDT, 1992, p. 223).

Assim, a crise política no Brasil hoje deve ser corajosamente enfrentada como uma oportunidade de aprofundamento democrático. Mas os desafios são muitos: como lidar com um judiciário com exacerbado poder manifesto, por exemplo, nas gravações da Presidente Dilma Rousseff? (16/06/2016)? Como analisar os retrocessos, em termos de pautas plurais, manifestas pelas escolhas ministeriais do Presidente interino Michel Temer que excluiu negros e mulheres de suas escolhas iniciais? Ainda que o autor trate de impasses em seu livro, os fatos apontados mostram que enfrentamos uma grave crise de nosso sistema político que pode revelar novos caminhos para a democracia.

Embora os desafios institucionais para uma maior democratização da sociedade brasileira sejam tão pertinentes, o autor daria grande contribuição se, num possível segundo volume, tratasse dos impactos advindos de outras arenas para o retorno da estabilidade democrática. Diante desta ponderação duas questões poderiam nortear análises futuras: será que a luta dos diferentes povos tradicionais e as lutas diversas, organizadas em diferentes

movimentos sociais, conseguiriam ou não exercer impactos sobre as mudanças institucionais e no avanço de uma pauta mais direcionada a um projeto da esquerda? Como garantir a inclusão destas pautas mesmo diante do governo interino de Michel Temer que aponta para uma maior centralidade do mercado em sua agenda, indicando uma guinada para um viés neoliberal e conservador?

Talvez os cientistas políticos mais ortodoxos digam que isso não seria tema para política e sim para a seara sociológica, mas felizmente Jurgen Habermas (HABERMAS, 1997, p. 108), mesmo com todos os limites de suas formulações iniciais, nos indica que a sociedade pode influenciar o Estado com capacidade de mudar os rumos da política. Posteriormente, os teóricos da participação, dentre eles o próprio autor do livro aqui analisado, mostraram que não apenas a sociedade pode impactar na *res pública* mas deve ser chamada a tomar decisões - já que a institucionalidade e a burocracia não possuem todas as informações para a configuração eficiente de um governo republicano. Ao apurarmos um pouco nossas lentes analíticas para esse momento da vida nacional talvez possamos dizer que os povos e comunidades tradicionais e as diferentes lutas devem, com singular urgência, anunciar os rumos da nação que tanto se busca (des)construir. Nossos quadros de guerras estão, talvez como nunca antes, escancarados e emoldurados pela questão fundamental: por que país queremos lutar? Se é por aquele espaço público predominantemente autorizado a homens, de indivíduos brancos e pequenos grupos de proprietários; ou, uma outra coisa pública, em outras formas, mobilizada por outras forças, em que falamos de povos, ou ainda de multidões que carregam a marca da diversidade e da diferença, que levam estandartes de lutas pelas/os negros/as, as mulheres, os/as indígenas, os/as quilombolas, os/as ribeirinhos/as, as ocupações urbanas, os gays, as lésbicas, os/as transgêneros, dentre outros e outras diferentes, como protagonistas da história plural do país, mas que historicamente têm sido invisibilizados pela institucionalidade e suas agendas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, 1988, 31(1), 5-38.
- AMORIM, NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, 2000, v. 43, n. 3, p. 479-519.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

AVRITZER, L. A Democracia e os custos do presidencialismo de coalizão. In: AVRITZER, L. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BORGES, A. Eleições Presidenciais, Federalismo e Política Social. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FIGUEIREDO, A., & LIMONGI, F. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, 1998, 44, 81-106.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POWER, T. Presidencialismo de Coalizão: na visão dos parlamentares brasileiros. In: POWER, T. J. & ZUCCO Jr. (orgs.). **O Congresso por ele mesmo** – autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

SAMUELS, David. **A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT**. O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) – uma história revisitada. São Carlos: EdufSCar, 2009, p. 239-270.